

Cardoso quer limitar gastos com pessoal

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — Os gastos com o pagamento de pessoal e com a cobertura de benefícios da Previdência Social não poderão crescer, em dólares, no ano que vem, segundo critério definido pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, na revisão do Orçamento da União para 1994.

O valor da folha dos funcionários públicos ficaria limitado a aproximadamente US\$ 21 bilhões previstos para este ano, o que significa redução de US\$ 6 bilhões comparado com a proposta anterior enviada ao Congresso. Já os gastos da Previdência, ficariam limitados a US\$ 22 bilhões — menos US\$ 3 bilhões em re-

lação à pretensão do ministério.

Esses são os principais cortes para eliminar o déficit operacional (que inclui despesas com juros da dívida interna e externa) em 1994, que deverão ser complementados por emenda constitucional suspendendo temporariamente as transferências de recursos vinculados. As principais vinculações são de verbas para educação, fundos regionais e contribuições sociais. Somadas ao Fundo de Participação de Estados e Municípios atingem US\$ 45 bi-

lhões, valor que o governo quer diminuir, de forma negociada, em pelo menos US\$ 8 bilhões.

Consultores jurídicos do Palácio do Planalto, contudo, acham que o governo poderá ter problemas no Supremo Tribunal Federal se tentar mexer nas transferências constitu-

cionais, mas os técnicos pressionam o ministro argumentando que sem mexer nos gastos públicos é impossível obter o equilíbrio fiscal em 1994. O trabalho de revisão orçamentária está sendo feito obede-

cendo o seguinte método: reestimativa da receita, revisão das despesas com proibição para aumento das contas de pessoal e Previdência e mudança no item "outros custeios e capital".

As dificuldades têm sido grandes porque as parcelas apresentam números rígidos, deixando a pouca margem de negociação. Para obter apoio à emenda que enviará ao Congresso consolidando a suspensão de transferências de recursos vinculados, Cardoso tem conversado com lideranças políticas, ex-ministros e economistas. Ele tem pedido um voto de confiança para o seu pacote fiscal na tentativa de evitar as críticas no Congresso.

CORTES
TAMBÉM
ATINGEM
PREVIDÊNCIA